

Parlamentares Africanos para a Avaliação



Uma boa avaliação do programa é essencial para o progresso da saúde pública
Com o apoio da Campanha do Fórum dos Parlamentares Africanos para a
Avaliação
Para defender o papel crítico da avaliação nas iniciativas governamentais

ÍNDICE

Introdução.....	1
Senhor Deputado Roger Nkodo Dang, Presidente do Parlamento Panafricano e Deputado do Parlamento Camaronese	2
Senhor Deputado Muntaka Mubarak, Deputado do Parlamento Ganês	3
Senhora Deputada Rachel Shebesh, Deputada do Parlamento Queniano	4
Senhor Deputado Awad Hag ali Ahmed, Deputado do Parlamento Sudanês.....	5
Senhora Deputada Santosh Vinita Kalyan, Deputada do Parlamento Sul-Africano	6
Senhor Deputado Shitaye Minale, Deputado do Parlamento Etíopiano	7
Senhora Deputada Zalikatu Diallo, Deputada do Parlamento da Guiné-Conakry.....	8
Senhor Deputado Bongani Mdluli, Deputado do Parlamento do Reino de Suazilândia	9
Senhor Deputado Bakary Ouattara, Deputado do Parlamento Marfinense	10
Senhor Deputado Patrick Mayombe Mombioko, Deputado do Parlamento da RDC	11
Senhora Deputada Francisca Domingos Tomas, Deputada do Parlamento Moçambicano	12
Senhor Deputado Amin Al-Biely, Deputado do Parlamento Sudanês	13

SOBRE ASH

A Estratégia Africana da Saúde (ASH) é um projeto quinquenal, financiado pela Sede Africana da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional. Foi implementada pelo Management Sciences for Health (MSH).

ASH trabalha para melhorar o estado de saúde das populações africanas por meio da identificação e a advocacia de práticas melhores, da melhoria das capacidades técnicas, e da interação das instituições regionais africanas para trazer uma resposta sustentável aos problemas da saúde.

ASH põe à disposição da USAID e outros parceiros de desenvolvimento as tendências e os desenvolvimentos a fim de melhorar decisões tomadas relativas aos investimentos no sector da saúde.

Para mais informações, consulta o site www.africanstrategies4health.org

INTRODUÇÃO

Para preservar a saúde pública e melhorar as condições de vida, os países devem reforçar suas capacidades a fim de produzir e utilizar informações de qualidade no que diz respeito à saúde na tomada de decisão estratégica fundada sobre dados de base, no nível local, sub-regional e nacional.

O Forum Global dos Parlamentares para a Avaliação (GFPE) foi lançado em Novembro 2015 quando os Parlamentares do mundo inteiro reunidos com outros delegados internacionais no Nepal adotaram o EvalAgenda2020.

O GFPE iniciou uma campanha para promover a avaliação entre os Parlamentares.

Em apoio à campanha do GFPE, o projecto da Estratégia Africana da Saúde (ASH) estabeleceu um relacionamento com o Parlamento Pan Africano com o fim de promover o papel da avaliação no nível das agendas da saúde no plano nacional e regional.

Os membros da Comissão da Saúde, Trabalho e Assuntos Sociais do Parlamento Panafricano foram entrevistados durante a quarta sessão da comissão e o seu plenário organizados em Março de 2016 na África do Sul.

Doze Parlamentares representando os países das sub-regiões africanas participaram da campanha.

As opiniões deles sobre a importância das avaliações foram recolhidas numa serie de pequenos vídeos de advocacia. Esses vídeos foram lançados publicamente em Maio de 2016.

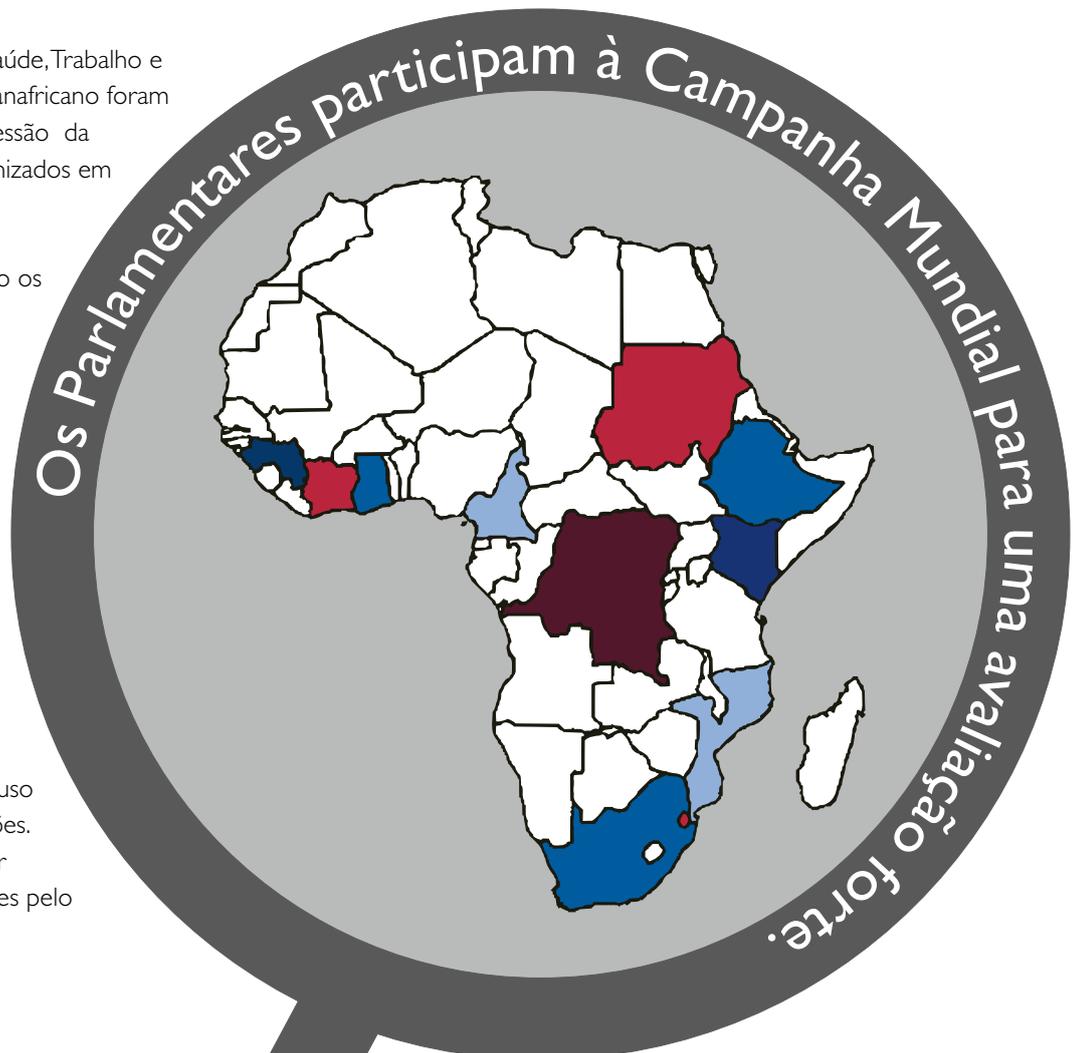
Um tema central surgiu das entrevistas - trata-se do reconhecimento por parte dos parlamentares, da necessidade do uso de evidências na tomada de decisões. Eles lançaram um apelo para maior solicitação e utilização das avaliações pelo continente Africano.

Os Parlamentares insistiram na inclusão dos princípios da diversidade e da equidade do género na política nacional, tendo feito eco dos princípios consacrados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODD) visando não deixar ninguém para trás.

Os Parlamentares ergueram bem alto o valor dos esforços transversais na avaliação, para criar oportunidades no plano regional e integrar a integração no agenda da Saúde em África.

Essa publicação destaca extratos das entrevistas realizadas com doze parlamentares.

Os vídeos estão disponíveis online via o canal da campanha do GFPE e no website do ASH.





**“O objetivo do governo é trabalhar juntos no interesse dos povos. Quando recebe dinheiro, Tem que se certificar que esse dinheiro vai ser usado no interesse das populações.”
Segundo o Presidente Nkodo Dang**



O Senhor Deputado Roger Nkodo Dang, Deputado dos Camarões e Presidente do Parlamento Panafricano

“É por isso que eu penso que a avaliação é importante quando se trabalha com parceiros. E no seu próprio país, tem que acompanhar e avaliar os fundos dedicados ao orçamento nacional”.

“É preciso avaliar as iniciativas governamentais” Segundo o Presidente Nkodo Dang

O Presidente insistiu sobre a importância da avaliação dos projectos para que os parlamentares conheçam o impacto sobre as populações africanas.

O Parlamento Panafricano é o parlamento do povo africano, segundo ele.

O Parlamento desempenha um papel duplo: em primeiro lugar, ele supervisiona os regimes políticos dos países - membros e em segundo lugar, controla as acções dos Estados para boa governação.

“O papel do Parlamento Panafricano é de promover boa governação em África. Penso que temos que seguir e controlar cada país.”

“Para boas avaliações, precisamos do acompanhamento dos nossos parceiros. As avaliações rigorosas são muito importantes para nossa credibilidade.”

Segundo ele, o Parlamento tem a capacidade de cumprir sua missão. Mas ele conta também com os parceiros para avaliações de qualidade. Ele acrescentou que a avaliação é sempre necessária em todos os domínios e por todos os regimes.

“Acho que o Parlamento Panafricano é um dos órgãos que pode conduzir à boas avaliações e usar dados para novos projetos em África”.

“A instituição pode desempenhar o papel de controlador tendo certeza que a avaliação é feita no interesse das populações africanas”.



“A avaliação é essencial para qualquer coisa que faz se quiser realmente atingir os resultados esperados”



O Senhor Deputado Muntaka Mubarak
Deputado do Gana e membro do
Parlamento Panafricano

Senhor Deputado Muntaka Mubarak, Deputado do Parlamento Ganês, realça que a avaliação é importantíssima na promoção das políticas fundadas sobre os dados fiáveis e que varios valores devem ser integrados às estratégias nacionais.

O senhor Deputado Muntaka Mubarak que teve o privilégio de presidir a Comissão à Saúde do Parlamento Ganês afirma que os membros entenderam o impacto de um relatório periódico no Parlamento.

Este foi o caso no contexto da elaboração da legislação nacional como a lei sobre a saúde pública do país e a lei nacional sobre o seguro de saúde.

Segundo o Senhor Deputado Muntaka Mubarak, os Parlamentares precisam tomar decisões baseadas nos factos e informações fiáveis. “Se não há mecanismos de acompanhamento e de avaliação, tudo está perdido.” A avaliação é essencial para qualquer coisa que faz, se realmente quiser atingir os resultados esperados”.

“Sem as estratégias globais detalhadas de Acompanhamento e de Avaliação, seria impossível dos Parlamentares procederem com o acompanhamento dos progressos; ninguém sabe se estamos na boa direcção ou estamos perto de atingir os resultados esperados ou se temos que mudar de estratégia”.

O senhor Deputado Mubarak acrescenta também que os Parlamentares precisam ser informados dos diferentes sistemas de valor ao nível das suas estratégias nacionais porque os avaliadores ou especialistas em avaliação são influenciados por esses valores.

“Não sei se existe um país que tem os mesmos valores”. Os sistemas de valores afectam a sensibilidade dos Parlamentares em relação às questões relativas ao género com a abordagem para os vulneráveis como pessoas com deficiência, as pessoas vivendo com o HIV /SIDA, as crianças e os idosos”.

“No plano nacional devemos encorajar essa diversidade, especialmente quando é relativo aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável. Para assegurar-se que ninguém foi esquecido, devemos compreender o que é a diversidade no quadro da avaliação.”.

A avaliação deve sublinhar a diversidade “na maioria das vezes as políticas não têm tempo de preocupar-se dos detalhes. Eles se baseiam no relatório de avaliação e agem nesse sentido; em consequência, na concepção da avaliação tem integrar todas essas questões importantes.”

Para o Senhor Deputado Mubarak os Parlamentares podem intervir nas “dimensões holísticas” ao nível do seu país.

No que diz respeito às perspectivas de avaliação, para ele a avaliação deveria ser mais frequente: no futuro, a avaliação não vai ser mais anual mas mais regulares; deve ser mensal ou trimestrial, devido aos progressos tecnológicos, à diversidade que temos, e devido às mudanças rápidas a nível mundial.



“Se trabalha sem a investigação e a avaliação, isso significa que não percebe as prioridades”



A Senhora Deputada Rachel Shebesh
Deputada da Quênia e membro do
Parlamento Panafricano

Rachel Shebesh é Deputada no Parlamento queniano. Ela retrata que os parlamentos não funcionam sem pesquisas e avaliação. Os Programas sociais que tratam a vida do cidadão ordinário tem necessidade pôr um acento particular no assunto das avaliações.

Segundo ela, “como parlamentar, se trabalha sem a investigação e a avaliação, isso significa que não percebe muito bem as prioridades. Também, se não é capaz de avaliar você mesmo para saber se as suas políticas funcionam bem e se isso é o resultado no que diz respeito ao desenvolvimento que deixa atrás.

Infelizmente, segundo ela, África carece de investigadores e de avaliadores que se centram na utilização das avaliações na planificação e na elaboração das políticas. Então é importante para os governos enviar dinheiro aos parlamentares para eles nomearem especialistas no que diz respeito à avaliação no processo de orçamento.

Segundo a Senhora Deputada Shebesh, os parlamentares podem avaliar as políticas em relação à equidade do género através da análise desta questão, não só no plano nacional mas também através de um processo que vai até as aldeias.

Ela usa o exemplo da construção de uma barragem: “como Parlamentar, precisamos saber se a barragem tem algum

impacto. Temos que visitar as zonas onde foi construída a barragem, e perguntar directamente as pessoas sobre as mudanças das vidas delas. Essas pessoas não devem ser esquecidas. São essas pessoas que poderão dizer se a barragem funciona bem ou não, ou se elas precisam de canalização para as suas casas. É assim que se interage. E se interage dessa maneira, então será mais relevante a nível nacional pois será mais relevante para aquilo que as pessoas querem”.

No futuro, Shebesh acredita que os programas sociais deveriam receber uma atenção particular durante as avaliações. “Os Programas que tratam do quotidiano da vida do cidadão ordinário. Devemos dar mais destaque à saúde, à educação, e à segurança. Estas questões afectam os cidadãos, e é aí que devemos concentrar-se, especialmente na afectação orçamental. “Precisamos colocar mais dinheiro na saúde, mais dinheiro na educação e mais dinheiro na segurança”.



“Os parlamentares devem ser científicos, recolher dados e analisá-los.”



Senhor Deputado Awad Hag Ali Ahmed
Parlamentar do Sudão e Membro do
Parlamento Panafricano

Segundo o Senhor Deputado Awad Hag Ali Ahmed, Parlamentar do Parlamento Sudanês, os conceitos sociais como a equidade do género são quantificáveis e os parlamentares identificam os recursos adequados de avaliação para melhorar os resultados.

Segundo o Senhor deputado Ali Ahmed, o Sudão estabeleceu bons relacionamentos com instituições académicas no objetivo de melhorar a avaliação no plano nacional.

Segundo ele, uma boa avaliação baseia-se em recursos mais eficientes e que a procura por avaliações pode ser reforçada se os parlamentares estiverem conscientes disto e contratarem avaliadores profissionais.

“Os Parlamentares têm que ser humildes e aceitar de consultar as Organizações Não Governamentais (ONG), a comunidade dos intelectuais e o mundo universitário. Eles não devem pensar que como foram eleitos, devem agir de maneira comum. O senso comum não funcionará nesse sentido. Devem ser científicos, recolher dados e analisá-los. Precisam deixar esse trabalho aos expertos”.

Segundo o Senhor Deputado Ali Ahmed, a avaliação das políticas no que diz respeito ao género e à equidade pode e deve ser analisada cientificamente se a comunidade do desenvolvimento quer atingir os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e a EvalAgenda 2020.

“Penso que essas duas preocupações são importantes no sentido de analisar a parte do poder nas diferentes regiões, no desenvolvimento dos serviços, na representação das mulheres. Tudo isso deve ser considerado para que tenhamos um órgão sub-regional na África capaz de recolher dados sobre essas preocupações essenciais”.

Ele reiterou que a participação sub-regional africana e as estratégias de cooperação são importantes na promoção de uma comunidade de avaliação mais forte.

“Precisamos mais de workshops regionais nos quais participarão universitários e ONGs qualificadas em avaliação. Com essas personalidades, a repartição dos papéis e a definição das missões serão possíveis”.

Também, esses resultados serão discutidos durante um outro workshop para avaliar e compará-los com os países vizinhos. “Isso vai encorajar os outros a fazerem mais uso da avaliação e melhorar seus resultados.”



“Se tratamos as questões de equidade nos termos do género, abriremos-nos e promoveremos a igualdade social”



Senhora Deputada Santosh Vinita Kalyan
Parlamentar da República da África do Sul e membro do Parlamento Panafricano

Segundo a Senhora Deputada Santosh Vinita Kaylan ,Deputada do Parlamento Sul-africano, é essencial apoiar-se na investigação baseada em dados para a elaboração das políticas e envolver as populações no processo de tomada de decisão.

Segundo ela, a avaliação foi necessária para uma jovem democracia como a África do Sul.

No sector da saúde, ela deu o exemplo da lei antitabagismo que causou muitas perturbações.

“Os dados factuais provaram que esta lei seria benéfica para os Sul- Africanos apesar de certa resistência. Mas após adopção da lei, assistimos a um clima diferente durante as audiências relativas à adopção dessa lei. No nível nacional, estamos no estado do estudo do sistema nacional da saúde . O sector privado se sente ameaçado mas os dados mostraram que esse sistema pode funcionar se houve um financiamento apropriado. Penso que seria útil no futuro”.

Ela afirma que é importante para os parlamentares envolverem as populações na elaboração das políticas se eles desejam aderir aos princípios de ninguém ser deixado para trás. “Diante da alta taxa do analfabetismo, enquanto falamos do parlamento do povo na África do sul, acho que devemos envolver as populações directamente na tomada de decisão.

Quando afirmamos ser o parlamento do povo e organizamos consultas públicas em todo o território , devemos tomar em consideração as vozes do povo de todas as camadas sociais igualmente : pessoas com deficiência , os homens e mulheres agricultores.Cada actor deve de ser envolvendo et dar um sentido a esse conceito”.

“O facto que o Presidente colocou a questão do género no centro das suas acções e que ela é tratada no capítulo 9 da instituição competente no assunto da equidade do género, mostra que somos conscientes disso na África do Sul.

Infelizmente, quando tratamos esses problemas, centramo-nos sobre as mulheres enquanto os homens devem desempenhar seu papel. Se tratamos as questões da equidade no quadro do género, abriremos-nos e promoveremos de maior maneira a igualdade social. Um seguindo o outro”.



“A verdadeira questão deve ser a seguinte : será que o desenvolvimento é para todos?”



Senhara Deputado Shitaye Minale
Parlamentar da Etiópia e membro do
Parlamento Panafricano

A senhora Deputada Shitaye Minale, Parlamentar etiope, deixa transparecer que avaliações devem ser realizadas na comunidade a nível de base. Deverão tomar em consideração a realidade local para que seja mais equilibrada e inclusiva.

“Acho que a avaliação é muito importante. No meu país, Etiópia, procedimos a uma avaliação intercalar a cada plano estratégico quinquenal. É muito importante informar-se sobre o que acontece. As verdadeiras informações provêm da base”.

Ela acrescenta dizendo que tem um vácuo entre o que está escrito e o que acontece nas comunidades.

“É importante se aproximar das comunidades. Na Etiópia, somos envolvidos a avaliar o benefício das populações especialmente aquela da base.”

Segundo ela, as amostras devem ser representativas de todas as populações e da área geográfica; Os avaliadores precisam usar métodos científicos rigorosos no caso que a avaliação mudaria a sociedade.

“Isso contribui à formulação e ao aperfeiçoamento dos processos de mudanças das políticas. A avaliação é a chave da mudança no mundo. Os profissionais devem ter mais tempo e recursos. Ter certeza que as informações recolhidas são verdadeiras. Através desse processo científico, é possível observar como as políticas estão adaptadas às populações, e se essas adaptações se revelam necessárias. Enfim, proceder à aplicação de uma política ou estratégia diferente, no caso da presente não funcionar”.

Nos termos da equidade do género, a Senhara Deputada Minale diz que o desenvolvimento ou o crescimento vem de vários recursos, mas a questão essencial deveria sempre ser: será que o desenvolvimento é para todos ?

Falando da equidade do género, o nível de desenvolvimento é diferente. Segundo ela, “tem que preocupar-se dos esquecidos. Mas a constituição oferece muitos direitos às mulheres. Assim, as mulheres são aquelas que se beneficiam da lei. Mas existe sempre dificuldades na prática e por fim na implementação.

A equidade do género exige mudar de atitudes e crenças afim de melhorar juntos a vida de todos, afirma ela .

A Senhara Deputada afirma que seria essencial no futuro que as avaliações refletam as realidades do país e que os avaliadores se dedicam sinceramente no trabalho durante o período das avaliações.

“O objetivo deve ser bem esclarecido. Não devemos proceder à avaliação se não é necessária. Avaliar é para buscar soluções, elaborar estratégias ou políticas futuras. É preciso identificar nossas necessidades.”



“Se queremos progredir nos nossos projectos , é imperativo que cada actividade seja avaliada”



Senhor Deputado Bakary Ouattara
Deputado da Costa do Marfim e
membro do Parlamento Panafricano

Senhor Deputado Bakary Ouattara, Deputado no Parlamento Marfinense, insiste dizendo que a avaliação é uma obrigação. Ele nota que o desenvolvimento das leis-modelo na saúde no Parlamento panafricano vai ser a solução aos problemas de varios projectos de saúde na África.

A avaliação é muito importante em Costa do Marfim no sentido que permite aos parlamentares saber se os objetivos ligados às actividades foram atingidos." precisamos fazer o ponto da situação, avaliar e ver se estamos na direcção certa com os projectos ou se precisamos novas orientações".

Afirma que se os países querem progredir e ser eficaz, a avaliação deveria ser obrigatória. Devemos iniciar a avaliação e praticá-la. É obrigatório. Se tem objectivos a cumprir e que está elaborando uma estratégia, então precisa marcar uma pausa e avaliar a sua estratégia. Se a sua estratégia é ineficaz então procede a um ajustamento, a uma elaboração de uma nova estratégia ou identificar se as actividades foram certas. A avaliação é imperativa. É obrigatório".

"se queremos progredir nos nossos projectos, é imperativo que cada actividade seja avaliada. É a única maneira de determinar a nossa eficácia".

Segundo o Senhor Deputado Bakary, o papel do Parlamento Panafricano como organização continental implica que seus membros, os parlamentares, representam as nações do

continente. "Todos nós desempenhamos um papel importante. No âmbito de enfrentar os desafios continentais , é importante identificar os referenciais, que são os países que já estabeleceram boas políticas que estão funcionando correctamente em todos os sectores específicos como a saúde e também contar com o know-know na elaboração das políticas e a adoção de nossos abordagens".

O parlamento panafricano oferece uma plataforma que permite aos parlamentares elaborar estratégias comuns que vão ser logo comunicadas aos países membros . "Isso vai permitir falar a mesma língua como continente por todos os assuntos da saúde .Chegaremos assim a uma política comum no sentido da saúde pública no continente".

Essas leis-modelo , ou estratégias , podem ser comunicadas aos Estados via os parlamentos nacionais que adoptarão-as. Podem constituir a solução de varios problemas ligados ao projecto da saúde . Também as leis sobre as doenças infecciosas e o registro dos remédios . Esse exemplo demonstra como a Comissão da Saúde, Trabalho e Assuntos Sociais adaptou o agenda regional e nacional da saúde . "



“Hoje um dos maiores objectivos é de elaborar leis-modelo que refletem os verdadeiros problemas de saúde da população africana.”



A Senhora Deputada Zalikatou Diallo
Deputada da República da Guiné e
membro do Parlamento Panafricano

A Senhora Deputada Zalikatou Diallo, Deputada no Parlamento da Guiné-Conakry nota a necessidade de uma advocacia com a avaliação e da disponibilidade de dados adequados para a adoção efectiva da avaliação pelos parlamentos.

“A avaliação foi muito importante porque contribuiu a esclarecer as questões ligadas à política de saúde no nosso país. Permite também gerar as dotações orçamentais necessárias para enfrentar os desafios da saúde”.

Ela está convencida que uma advocacia, uma sensibilização e uma promoção são necessárias. Isso para que os decisores entendem que a avaliação é um instrumento precioso na determinação das políticas dos países no que diz respeito a planificação.

Ela insiste no facto que, os dados fiáveis não existem por enquanto, isso implica uma formação de investigadores a fim que eles sejam aptos a conduzir de maneira eficiente o processo de acompanhamento e avaliação desde a recolha de dados até o relatório.

É imperativo recolher informações certas para a concepção, atualização e a aplicação das políticas fundamentais e os programas de saúde a fim de oferecer o bem-estar a todos os níveis, precisamente nas áreas rurais onde os serviços de saúde faltam nos países em desenvolvimento.

Respondendo à questão do futuro da avaliação em África, a Senhora Deputada Diallo afirma: “que o futuro da avaliação em África é promissor, porque compreendemos muito bem a necessidade dos dados correctos para permitir aos governos de atribuir um orçamento adequado e bem estruturado que satisfaz os compromissos dos parceiros internacionais e correspondem às necessidades”.

Com um exemplo prático ela sublinha que “A declaração de Abuja recomenda que os orçamentos dos Estados africanos deveriam atribuir pelo menos 15% do PIB à saúde da população. Na maior parte do tempo, a maioria dos Estados ignoram esses compromissos por causa da falta de indicadores claros. Com a avaliação, os países têm números mais precisos e são mais motivados a aplicar essas recomendações”.

A Comissão da Saúde, Trabalho e Assuntos Sociais do Parlamento Panafricano trata de temas muito relevantes sobre a questão da saúde. “Um dos nossos objectivos é elaborar leis-modelo que tomam conta dos verdadeiros problemas de saúde das populações em África. Para cumprir nossa missão, devemos cooperar e ter acções sinérgicas com as organizações sub-regionais afim de divulgar a diferentes níveis essas leis-modelo apoiando as leis nacionais e que sejam mais eficazes”.

Como Parlamentar, é necessário, trocar informações com as populações que nós elegeram. As discussões com as populações são muito importantes e a sinergia com as organizações da sociedade civil vai informar as populações com importantes mensagens ligadas à promoção da saúde. Ela notou também a importância da colaboração com os meios de comunicação.

Ela acredita que a avaliação deve focar nas mulheres, nas crianças, nas doenças transmissíveis e não transmissíveis que representam os maiores problemas de saúde pública hoje.



“ É necessário divulgar informações sobre o papel dos parlamentares do Parlamento Panafricano às comunidades”.



A Senhora Deputada Francisca Domingos
Tomasa Parlamentar de Moçambique
membro do Parlamento Panafricano

A senhora Deputada Francisca Domingos é Parlamentar no Parlamento da República de Moçambique. Segundo ela ,a educação é muito importante para a inclusão das mulheres no desenvolvimento. O Parlamento Panafricano desempenha um papel primordial na divulgação dos dados da equidade do género.

Moçambique tem feito importantes progressos na participação das mulheres na tomada de decisão.

“Temos feito um verdadeiro progresso no que diz respeito à equidade do género. Aproximadamente 38% dos parlamentares que participam à tomada de decisão são as mulheres. Aproximamos os 40%. Os objetivos do desenvolvimento sustentável exigem 50%. Isso significa que o Moçambique é bem avançado. Muitas mulheres são governadoras, administradoras e juízes. Existe também uma mulher presidente na Assembleia Popular Nacional. Houve verdadeiros progressos”.

Esta representação assegura que as políticas que apoiam as mulheres são aplicadas progressivamente. É uma vitória muito importante porque as mulheres são maioritárias da população moçambicana. “Infelizmente muitas delas são marginalizadas por causa do analfabetismo.”

Investir na educação das mulheres, pode ser uma solução para aumentar a participação das mulheres na tomada de decisão porque muitas são analfabetas. A educação das meninas é também minimizada e muitas delas desistem da escola desde o ensino primário.

A Senhora Deputada Domingos indica que os casamentos precoces e o HIV/SIDA têm um impacto negativo sobre a participação das mulheres na tomada de decisão. O alto número de mulheres infectadas ao HIV, as impede de participar ao desenvolvimento do país.

A agenda do desenvolvimento enfrenta diversos desafios.

“O governo moçambicano quer ajudar as mulheres por meio do emponderamento económico para ajudá-las a realizar seus sonhos de produção agrícola. Maior parte delas são chefes de família. Se não conseguimos ajudá-las com apoio económico, corremos o risco de não atingir os objetivos do desenvolvimento sustentável que nós esperamos”.

No que diz respeito à regionalização, a Senhora Deputada Domingos afirma que tem progressos no domínio das relações internacionais e das estratégias apoiando assim o papel dos membros do Parlamento Panafricano. Mas reconhece que alguns desafios persistem, porque muitas comunidades ignoram a existência do Parlamento Panafricano.

Então é necessário divulgar informações sobre o papel dos parlamentares membros do Panafricano no meio das comunidades para elas conhecer a missão do Parlamento.



“As estratégias regionais devem ser encorajadas porque facilitam a integração e a expansão da integração.”



Senhor Deputado Patrick Mayombe Mombioko
Deputado da República Democrática do Congo
e membro do Parlamento Panafricano

O Senhor Deputado Patrick Mayombe Mombioko é Deputado do parlamento da RDC. Pensa que as estratégias regionais são importantes para a melhoria da saúde pública e que o mandato do Parlamento Panafricano que visa uma legislação será essencial para isto.

O Senhor Deputado Mayombe insiste no facto que, cada ano o governo deve avaliar seus projectos e analisar os sectores afim de melhorá-los. Segundo ele “como parlamentares, devemos insistir para que as avaliações sejam feitas no nível de todos os ministérios. É importante conviar o governo a fazer da avaliação uma obrigação em todos os lugares. No meu país, é um problema que tentamos resolver para obter mudanças”.

Ele reitera que a avaliação deve ser feita em todos os sectores sem excepção: a investigação científica, a saúde, a educação, a agricultura e as infraestruturas.

“A avaliação é um hub para o desenvolvimento de um país. Ela permite a comparação dos resultados obtidos com o que é esperado e também contribui à planificação das estratégias futuras. A avaliação produce informações sobre a evolução da situação actual, a fim de elaborar as estratégias futuras”. O senhor Deputado Mayombe sublinha que, para combater o subdesenvolvimento que limita o progresso do continente, os países deveriam encorajar agrupamentos nacionais.

“A avaliação é mais eficiente no caso de lutas estratégicas no quadro da região em vez de lutar sozinho. Se ao nível nacional e regional, elaboramos bons sistemas de avaliação, a integração ao nível internacional será mais fácil, porque as estruturas já

funcionam bem ao nível nacional e internacional. As estratégias regionais devem ser encorajadas porque facilitam a integração e a expansão das estratégias nacionais”.

Segundo ele, os leis-modelo no sector da saúde podem ser úteis no caso das doenças infecciosas ou epidémicas. Por exemplo, ajudam a elaborar estratégias regionais no que diz respeito à saúde em África e reforçar a resposta regional em momentos de crise sanitária, como o vírus Ebola que tocou a África ocidental.

Diz também que a lentidão do Parlamento Panafricano de mudar de um mandato de vigilância a um mandato legislativo representa um desafio.

“Antigamente, o poder consultivo do Parlamento Panafricano era limitado no quadro da União africana. Foi só em 2014, a Malabo que o Parlamento recebeu o poder de legislar. Este poder é ainda limitado e sujeito à vontade dos chefes de Estados. Como parlamentares africanos, não legislamos de maneira independente mas só com a autorização dos chefes dos Estados africanos. Se fomos independentes e livres de propôr e votar as leis-modelo, acho que tivéssemos dado o melhor para a população. Teríamos sido capazes de influenciar as políticas que contam com as abordagens regionais”.



“O posicionamento regional das políticas inspira confiança quanto ao futuro do continente”.
continent's future.”



O Senhor Deputado Al-Biely
Deputado Sudanês e membro do
Parlamento Panafricano

O Senhor Deputado Amin Al-Biely, Deputado Sudanês, afirma que o Parlamento Panafricano age como porta-voz dos parlamentares africanos. Ele está convencido que os debates e decisões contribuirão para a convergência das políticas específicas entre países membros.

Segundo ele, os governos não podem ou não deveriam começar acções no quadro das políticas específicas sem avaliação.

As políticas e as leis votadas pelos Paramentos resumem os diversos pontos de vista que provêm da opinião geral cujo beneficiam as populações.

Em 80% dos casos, é a opinião da maioria que conta. Ele insiste para que a avaliação seja a chave de consultação dos Parlamentares juntos com as populações a fim de proceder a um voto bem claro que reflete a realidade das populações.

Interrogado sobre a igualdade social e a equidade do género, o Senhor Deputado Al-Biely diz :“a justiça social e a igualdade no Sudão são garantidas pela Constituição e nossos hábitos e costumes. Elas são a pedra angular da resolução de varios desafios as quais são confrontadas os dois género.

Promovemos a igualdade do género no respeito da lei e da Constituição que guia o país”.

No Sudão, não temos grande diferença entre os homens e mulheres. “Hoje temos mulheres médicas , engenheiras,

agentes de polícia, universitárias, e nos vários sectores de actividade e profissões. Em todos os sectores da vida, as mulheres sudanesas participam activamente perto dos homens ao desenvolvimento nacional”.

Ele acha que essa representação equilibrada do género no mundo profissional é indicador na igualdade do género no Sudão.

No que diz respeito à regionalização, o Deputado Al-Biely atesta que: «o Parlamento Panafricano atrai todas as nacionalidades e raças da África e oferece uma plataforma que inicia um debate sobre as questões importantes do país. Podemos chegar a um consenso mínimo para os interesses comuns e mudarão em políticas regionais”.

Ele é confiante que as decisões tomadas no Parlamento Panafricano conduzirão à convergência das políticas públicas entre os diferentes países do continente e conduzirá a África no caminho de desenvolvimento.

Ele acha que o posicionamento regional das políticas permite ter confiança quanto ao futuro do continente.



“Precisamos de uma excelente relação entre os parlamentos e os órgãos destinados às avaliações”



O Senhor Deputado Bongani Mdluli
Deputado do Reino da Suazilândia e
membro do Parlamento Panafricano

Para o Senhor Deputado Bongani Mdluli, Deputado no parlamento da Suazilândia, as avaliações são um meio de determinar o valor, o mérito e a importância das políticas. O novo mandato do Parlamento que é de elaborar as leis-modelo exige avaliações bem documentadas.

A avaliação é muito importante para nós porque os parlamentares devem ser informados das questões relativas à saúde e às áreas relacionadas.

“As informações devem ser recíprocas, segundo ele. Se elas são transmitidas pelo Parlamento Panafricano cujos membros vêm de diferentes parlamentos nacionais, então estes problemas podem ser transferidas aos parlamentares dos Estados membros e eles os transmitirão às suas comunidades”.

Segundo o Senhor Deputado «é só colocar à disposição informações delicadamente estudadas quer que sejam partilhadas»

o Senhor Deputado Mdluli sublinha também a importância das trocas de informações entre comissões do Parlamento e seus membros nacionais.

Segundo ele, “podemos observar uma falha do link porque as informações que temos vêm do parlamento. Estão disponíveis para os Estados membros e trabalhamos numa possível aplicação dessas

informações. Porém o retorno das informações é raro. Como exemplo, o grupo da África oriental no qual recolhemos informações afim de transmiti-las ao Parlamento Nacional. É um desafio nas regiões onde não existe convenção política. Pois recolher informações provenientes dos Estados membros tem implicações. Temos autorização de transmitir as informações aos Estados membros somente se alguém é responsável por isto. As avaliações objectivas podem mudar este status quo”.

Segundo o senhor Deputado Mdluli, o novo mandato do Parlamento que é de elaborar as leis-modelo exige avaliações bem documentadas.

“A uniformidade chega à harmonização das diferentes leis de nossos Estados membros. As questões relativas à saúde, usar instrumentos jurídicos quase idênticos ,contribuirá a dispensar tratamentos estandardizados e reconhecidos que serão administrados às populações para uma melhor saúde des populações africanas»”.



USAID
FROM THE AMERICAN PEOPLE

Informações adicionais estão disponíveis no:

African Strategies for Health
4301 N Fairfax Drive, Suite 400,
Arlington, VA 22203
+1.703.524.6575

AS4H-Info@as4h.org
www.africanstrategies4health.org

A Estratégia Africana de Desenvolvimento e seu parceiro de aplicação Khulisa Management Services quer expressar a sua gratidão a USAID, ao Parlamento Panafricano e ao Forum Global dos Parlamentares para a Avaliação (GPSE).



Com o apoio generoso do povo americano via a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional(USAID) foi possível esta publicação com o número do contrato AID-OAA-C-11-00161.

O conteúdo é a responsabilidade dos actores e não refletem necessariamente os pontos de vistos da USAID ou do Governo dos Estados Unidos.